

UMA APROXIMAÇÃO COM UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL EM REDE DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS LGBT´S EM MINAS GERAIS

AN APPROACH TO A SOCIAL ORGANIZATION IN NETWORK OF LGBT
YOUNG UNIVERSITY STUDENTS
IN MINAS GERAIS

TAYANE ROGERIA LINO¹

DOUTORANDA EM PSICOLOGIA SOCIAL

RICARDO DIAS CASTRO²

MESTRANDO EM PSICOLOGIA SOCIAL

JULIÃO GONÇALVES AMARAL³

MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA

RAFAELA VASCONCELOS⁴

DOUTORANDA EM PSICOLOGIA SOCIAL

CLAUDIA MAYROGA⁵

PROFESSORA DE PSICOLOGIA DA UFMG

Resumo: O artigo apresenta reflexões desenvolvidas a partir do acompanhamento do processo organizativo da Rede Universitária de Diversidade Sexual de Minas Gerais – RUDS/MG, que congrega nove grupos de jovens universitários atuantes na promoção do respeito à diversidade sexual em Minas Gerais. O acompanhamento desses coletivos foi pautado por metodologias interventivas e interativas a partir dos princípios teóricos da pesquisa-ação e de um conjunto de referências sobre movimentos sociais no Brasil, militância universitária e uma construção teórica sobre o uso do conceito de “rede” nas ações coletivas e políticas. As análises preliminares apontam para a configuração de uma rede cuja interlocução política ultrapassa a construção de práticas e ações de vigilância das políticas para a promoção da equivalência no que se refere às distintas orientações sexuais e identidades de gênero. Constata-se que a rede pode possibilitar uma nova forma de organização e ampliação da militância LGBT jovem, que conjuga práticas acadêmicas com ação política e pública. Reforçando, portanto, laços de solidariedade e empoderamento frente à discriminação e violência, na tentativa da construção de uma sociedade democrática.

Palavras-chave: participação, LGBT, juventude, rede, diversidade sexual

¹ Doutoranda e mestre em psicologia social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). Integrante do Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes da UFMG. E-mail: tayanelino@gmail.com

² Mestrando em psicologia social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). Integrante do Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes da UFMG. E-mail: ricardodiascastro@gmail.com

³ Mestre em ciência política e graduado em ciências sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). E-mail: iarkhan.ufmg@gmail.com

⁴ Doutoranda em psicologia social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). E-mail: esh.rafa@gmail.com

⁵ Professora de graduação e pós-graduação em psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Brasil). Coordenadora do Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes da UFMG. E-mail: mayorga.claudia@gmail.com

Abstract: This paper presents reflections developed from the monitoring of the organizational process of the Sexual Diversity Network University of Minas Gerais - RUDS / MG. The RUDS / MG brings together nine groups of young university students who work in promoting respect for sexual diversity in the state of Minas Gerais. The monitoring group was guided by intervening and interactive methodologies from theoretical principles of action research. The preliminary analysis point to the configuration of a network which political dialogue exceeds the building of practices and actions of policy surveillance for the promotion of equivalence in relation to the different sexual orientations and gender identities. To approach to this group, our investigation looked for recapturing a set of references about social movements in Brazil, university militancy and a theoretical construction on the use of the concept of "network" in collective and political actions. It appears that the network may enable a new form of organization and expansion of LGBT youth militancy which combines academic practices with political and public action. Reinforcing, then, bonds of solidarity and empowerment against the discrimination and violence, in an attempt to build a democratic society.

Keywords: participation, LGBT, youth, network, sexual diversity.

INTRODUÇÃO

As universidades brasileiras, historicamente, têm produzido e reproduzido as exclusões sociais. Constituída a partir do imaginário social da democracia moderna as universidades deveriam ser instituições para todos, justa e produtora de redistribuições. Mas o que vemos é que ela se tornou um espaço de constantes manifestações de discriminação e preconceito e, em consequência de luta e contestação da desigualdade. As denúncias constantes acerca das desigualdades desejam que as Universidades se posicionem diante desse cenário (PRADO, MARTINS e ROCHA, 2009; MAYORGA, 2010).

É neste contexto de denúncia e luta por equivalência que este artigo se insere O resultado das análises desenvolvidas durante o acompanhamento do processo organizativo da Rede Universitária de Diversidade Sexual de Minas Gerais – RUDS/MG nos anos de 2011 e 2012. A investigação buscou se aproximar das dinâmicas, das estratégias de organização das ações coletivas, das práticas sociais e do compartilhamento de valores - atentando às alianças, laços de solidariedade, vínculos de pertença entre os distintos sujeitos e grupos engajados. As redes são aqui entendidas como um padrão de organização constituído de agentes autônomos que, de forma interligada, colaboram entre si, produzindo certo ordenamento (MARTINHO, 2003). Ou em outras palavras, um conjunto de pessoas e/ou grupos que, em nome de um objetivo consensual/comum, realizam um trabalho coletivo (MARTINHO, 2003).

Os princípios teórico-metodológicos norteadores da investigação foram a pesquisa-ação. Como aponta Engel (2000) a pesquisa-ação é uma forma de pesquisa participante que pressupõe o engajamento, nasce em oposição à pesquisa “tradicional”. Caracterizando-se como um tipo de pesquisa que busca “intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa” (ENGEL, 2000, p. 182). A pesquisa-ação, nesses termos, é uma forma de

investigação da ação que atende claramente aos critérios da pesquisa acadêmica (TRIPP, 2005), ao mesmo tempo, em que se atenta à construção de um conhecimento que tenha como fim a transformação social e o reconhecimento de diversos sujeitos como produtores de conhecimento.

A importância da pesquisa-ação como metodologia de pensamento nesse trabalho, tudo tem a ver, com a instauração da possibilidade de uma “ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa, de modo que, em maior ou menor medida, terá características tanto da prática rotineira quanto da pesquisa científica” (TRIPP, 2005, p.447). Nesses termos, nosso trabalho tratou-se de uma investigação realizada em um espaço de interseção entre as experiências de militância e de pesquisa, uma vez que os pesquisadores também são integrantes da rede em estudo. Nesse sentido a proposta metodológica está entre a militância política e a academia. Acreditando que a construção do conhecimento ocorre mediante a relação com os sujeitos, optou-se por metodologias interventivas, tais como: análise de conteúdo de listas de *e-mails*, *facebook*, *blog* e *twitter*, observação participante e investigação dos argumentos proferidos em reuniões e em atividades conjuntas da rede.

Para alcançar nossos objetivos, nossa investigação buscou retomar um conjunto de referências sobre movimentos sociais no Brasil, militância universitária e sobre uma construção teórica sobre o uso do conceito de “rede” nas ações coletivas e políticas. Nessa direção, pretendemos apresentar, ao final, uma breve discussão acerca da emergência dos movimentos sociais e dos grupos universitários, aproximando do contexto de redes e políticas LGBT. Serão, também, compartilhadas algumas reflexões sobre o processo de criação e condução inicial da RUDS/MG, a partir de seus desafios, da negociação e criação de caminhos possíveis e também de sua importância na contemporaneidade. Localizaremos, por fim, essa iniciativa como uma proposta de resistência e enfrentamento a situações de homofobia e deslegitimação de determinadas identidades sexuadas em espaços de formação universitária.

MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS LGBT BRASILEIROS

A segunda metade do século passado foi marcada, na Europa e nos Estados Unidos, pelo ressurgimento das grandes mobilizações sociais. Estas, por sua vez, colocaram questões interessantes para as duas correntes teóricas que, até então, lidavam com esse tipo de fenômeno: o modelo marxista e o modelo funcionalista (PEREIRA, 2008). As mobilizações dessa década apontavam para novas formas de participação e para o surgimento de novos/as atores/atrizes. O marxismo e o funcionalismo não conseguiam explicar efetivamente os pontos fundamentais dessas novas mobilizações: a categoria dos/as atores/atrizes, os objetivos a que perseguiram e o que possibilitava que essas mobilizações acontecessem. Segundo Alonso (2009, p. 50-51):

Alguns teóricos da revolução ainda as saudaram como retorno do movimento operário, mas, logo se viu, elas eram bastante peculiares. [Diferentemente do que pregava o marxismo] Não se baseavam em classe, mas sobretudo em etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo), para ficar nos mais proeminentes.

Tampouco visavam a revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. [Diferentemente do que apontava o funcionalismo] Não eram reações irracionais de indivíduos isolados, mas movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas.

Esses novos atores empunhavam as mais diversas bandeiras e seus objetivos não se voltavam mais para as condições de vida ou para a redistribuição de recursos, eles se remetiam para questões relativas à qualidade de vida e para a afirmação da diversidade de estilos de vivê-la (ALONSO, 2009).

Alberto Melucci (2001) se destacou entre os estudiosos dos movimentos sociais latino-americanos principalmente a partir da década de 1990. Para o autor, um movimento social deve ser entendido por meio de uma teoria da ação. Um campo de conhecimento que assuma os movimentos sociais como objeto de estudo deve se sustentar a partir de uma concepção teórica que dê fundamento à autonomia e à autonomia do agir social coletivo (MELUCCI, 2001).

O autor propõe alguns princípios para a análise dos movimentos sociais que consideramos importantes para esse trabalho. O primeiro é entender que um movimento social é a expressão de um conflito. Isso supõe que um movimento social é resultado da luta entre dois atores sociais pela apropriação de um ou mais recursos (materiais, políticos e/ou simbólicos) que sejam valorizados por ambos. Para que se estabeleça um conflito, deve-se definir os atores “a partir de um sistema comum de referência e é necessário que exista uma aposta em jogo à qual ambos os adversários se referem implícita ou explicitamente” (MELUCCI, 2001, p. 34).

Outro princípio afirma que um movimento social não se limita na expressão de um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que se direciona a ação de modo romper, dessa forma, as regras do jogo e coloca em xeque a legitimidade do poder vigente. Assim, um movimento social, além de manifestar um conflito, também comporta solidariedade (estabelecimento de um “nós”) e implica a ruptura dos limites de compatibilidade com o sistema dentro do qual ele se situa (MELUCCI, 2001). O autor aponta que todos os movimentos sociais são sistemas de ação que combinam orientações diversas, que envolvem vários atores e implicam oportunidades e vínculos que dão forma às suas relações. A definição que os atores constroem de si e da relação com o ambiente não acontece de forma linear, mas sim por meio de interação e negociação.

No Brasil, a atuação dos novos movimentos sociais e o estudo científico dessas mobilizações surgiram e se desenvolveram no contexto da ditadura militar e das lutas por redemocratização (CARDOSO, 1994; GOHN, 2010). Em um ambiente marcado por reivindicações pela abertura política do país, os movimentos sociais clamam por noções mais amplas de democracia, de modo a redefinir no Brasil as concepções do que se considera terreno da política e das relações de poder a serem transformadas. Eles ampliaram e aprofundaram a noção de democracia ao incluir nessa, práticas sociais e culturais, de modo a transcender o nível político institucional formal (DAGNINO, 1994).

Segundo Dagnino (1994), a experiência dos movimentos sociais brasileiros constituiu uma nova noção de cidadania. A luta desses movimentos acabou por enfatizar o caráter histórico do que seria essa noção, marcada por interesses e práticas que possibilitaram a sua

contínua transformação. A atuação dessas ações coletivas permitiu perceber que:

(...) não há uma essência única e imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. (DAGNINO, 1994, p. 107)

Na base dessa nova noção está a luta por *direitos* promovida pelos movimentos sociais. Eles redefiniram a noção de direitos ao demonstrar seu caráter histórico e contingente em contrapartida à ideia de *direitos naturais*. A concepção de *direito a ter direitos* demonstra isso muito bem. Essa noção não se limita a conquista ou ao acesso a direitos abstratos e formais previamente estabelecidos (DAGNINO, 1994). Ela pressupõe “a invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e de sua prática concreta” (DAGNINO, 1994, p. 108). Os diversos grupos reivindicam pela criação de novos direitos tomando como base suas características e especificidades grupais. Um reflexo dessa concepção aparece na conjugação de lutas por *direito à igualdade* e por *direito à diferença*, presente em muitos movimentos sociais. Historicamente, a diferença tem servido para legitimar a desigualdade entre os grupos. Na luta dos movimentos sociais, afirmar a diferença significa pontuar as características do grupo que resultaram na sua discriminação e aponta para necessidade de ações não universalistas nesse campo para minimizar ou eliminar a desigualdade (DAGNINO, 1994).

A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa simplesmente existir como tal, o direito de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação. Não fora a desigualdade construída enquanto discriminação à diferença, ela não existiria como reivindicação de direito. Concebido nessa perspectiva, me parece que o direito à diferença, específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade. (DAGNINO, 1994, p. 114)

Atualmente os movimentos sociais se articulam em redes através de fóruns e encontros que conjugam vários grupos (incluindo ONGs) do mesmo tipo ou de temáticas diferentes. A atuação de vários movimentos transcende os limites territoriais nacionais, de modo que muitos deles se articulam com outros grupos ao redor do mundo. Assim, há o alargamento das fronteiras dos conflitos sociais, resultado da nova geopolítica global (GOHN, 2010).

O movimento LGBT⁶ brasileiro também surge no contexto de lutas pela redemocratização do país. Elas trouxeram novas questões sobre a democracia e também foram responsáveis pela formulação de uma nova noção de cidadania. Esses movimentos (juntamente com os movimentos feministas) questionaram a hegemonia masculina/heterossexual e propuseram a democratização das relações sociais baseadas na sexualidade. Os movimentos sociais LGBT brasileiros tiveram

⁶ Na época era chamado de Movimento Homossexual Brasileiro. O nome LGBT passou a ser usado pelos movimentos apenas a partir de 2008 (FACCHINI, 2009). Nesse texto utilizamos o termo LGBT para designar genericamente a militância de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros nas últimas décadas.

influência diretas dos grupos militantes estadunidenses e europeus (PRADO *et al.*, 2010) e sua atuação, inicialmente, se dava principalmente no eixo Rio de Janeiro – São Paulo (FACCHINI, 2009). Há uma convergência entre diversos/as autores/as (FACCHINI, 2009; PRADO *et al.*, 2010) ao apontar que a militância dos grupos LGBT surge com a fundação do Grupo Somos⁷, que teve um papel importante no processo de atribuir o caráter político às discussões sobre orientação sexual. Após a redemocratização do país e a fundação do Grupo Somos, surgiram vários outros grupos, sendo que muitos deles atuavam com temáticas transversais à da orientação sexual, como os grupos que discutiam afro-descendência e homossexualidade e o GALF (Grupo de Ação Lésbico Feminista), que trabalhava com as questões das lésbicas dentro do movimento (PRADO *et al.*, 2010).

Alguns grupos (como o Grupo Gay da Bahia), ao contrário do Grupo Somos, se mostravam menos vinculados a ideologias anarquistas e de esquerda, e mais abertos à institucionalização e a uma aproximação com o Estado e atores políticos formais (como partidos políticos). Ações mais pragmáticas e a tendência à institucionalização influenciaram vários grupos LGBT, sendo que vários deles se constituíram no formato de ONG's (PRADO *et al.*, 2010). Assim, os grupos ampliaram e diversificaram as formas de suas iniciativas. Segundo Facchini (2009, p. 139):

Além dos grupos comunitários, o movimento passa a contar, entre outros formatos, com associações e organizações formalmente registradas, com setoriais de partidos políticos, com grupos religiosos e com grupos situados na interface entre ativismo e pesquisa, constituídos no interior das universidades. Apesar da diversidade de formatos, pode-se dizer que há uma tendência à institucionalização das organizações, como predomínios de associações e das organizações da sociedade civil de interesse público.

Essa aproximação entre militantes dos movimentos e pesquisadores/as nas universidades foi um dos elementos que permitiram, em outro momento, a emergência de militantes universitários LGBT (como os grupos universitários de diversidade sexual) dentro das instituições acadêmicas. Ao longo dos anos o movimento passa a sofrer transformações também na sua nomenclatura. Descrito basicamente como MHB (Movimento Homossexual Brasileiro), em 1993 passa a ser definido como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas). Posteriormente, após 1995, aparece como movimento GLT (Gays, Lésbicas e Travestis). A partir de 1999 passa a ser chamado de movimentos GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). Em 2008 fica convencionalizada a sigla LGBT, com o intuito de aumentar a visibilidade das lésbicas no movimento. Essas mudanças no nome do movimento refletem um jogo político no seu interior que visa afirmar e/ou dar visibilidade aos segmentos internos (FACCHINI, 2009)⁸.

⁷ O Grupo Somos foi criado em 1978 em São Paulo adotava a estratégia política de fortalecimento da identidade homossexual associado a uma política fortemente antiautoritária, crítica em relação ao Estado. Na década de 1980 houve uma rearticulação desse movimento, que buscou caminhos de cooperação com o Estado na luta contra a Aids (FRANÇA, 2006).

⁸ A sigla do movimento é resultado de um jogo de disputas internas por visibilidade. Ela está sempre aberta a mudanças e, atualmente, ela difere em diferentes partes do mundo (em alguns países o

A partir da década de 1990, o movimento começa a se organizar em redes de entidades e ativistas em nível local e nacional. A primeira rede nacional, fundada em 1995, foi a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) (FACCHINI, 2009). A ABGLT se mostra como um ator capaz de articular os diversos movimentos LGBT no Brasil e ela têm buscado pautar várias discussões sobre direitos civis no âmbito nacional ao fazer pressão nos/as políticos do poder legislativo e ao demandar a construção de políticas públicas com foco na população LGBT (PRADO *et al*, 2010). À ABGLT, seguiram-se a constituição de várias outras redes nacionais que envolvem o reconhecimento das especificidades dentro do movimento e também as relações políticas que estabelecem certas “autoridades” e “autorizações” na dinâmica interna cotidiana do movimento. Entre essas redes podemos destacar a Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA), criada em 2000; a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), criada em 2003; a Rede Afro-LGBT; criada em 2005; o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (Candace), criado em 2007; a Associação Brasileira de Gays (ABRAGAY), criada em 2005; entre outras (FACCHINI, 2009).

Nesse novo século, a militância LGBT assumiu uma grande diversidade de formas de atuação. Movimentos tradicionais e ONG's compartilham a esfera pública com agentes governamentais, militantes em setoriais de partidos políticos, grupos organizados de estudantes (como os grupos universitários) e outras diferentes formas que essa militância possa assumir.

GRUPOS UNIVERSITÁRIOS

A emergência dos grupos universitários de diversidade sexual se deu a partir dos anos 2000 no interior das instituições universitárias. Suas ações se dão no interior das instituições acadêmicas, configurando uma forma de ativismo que vincula práticas militantes com acadêmicas no campo de estudos e ações da diversidade sexual.

Nessa última década, no Brasil, os grupos universitários de diversidade sexual surgiram como nova alternativa de engajamento para os estudantes universitários, uma alternativa que apresenta a temática da diversidade sexual como bandeira. A militância desses jovens deseja ir além da participação nas instâncias formais da política; eles não necessariamente atuam dentro dos grupos de representação estudantil formal, nem são filiados a algum partido político ou movimento social. Eles surgem, inicialmente, com a proposta de servir como espaço de trocas de experiências e de estudo de textos acadêmicos sobre diversidade sexual, porém, a partir dessas discussões, eles se mobilizaram a partir do desvelamento do mito da igualdade nas universidades e urgência do desejo de agir para mudar situações recorrentes, opressões que subalternizavam os não heterossexuais, principalmente dentro do ambiente universitário (como trotes de caráter homofóbico, brincadeiras e chacota por parte de outros alunos e professores, casos de violência física e etc.). Então, eles passam a adquirir o caráter político que atualmente guia os grupos. Esses grupos muitas vezes agem de forma semelhante aos movimentos sociais, entretanto, suas ações se dão no interior das instituições universitárias, configurando uma forma de ativismo que vincula práticas militantes com acadêmicas

movimento adota a sigla LGBTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - e em outros a

no campo de estudos e ações da diversidade sexual. Os grupos ao perceberem situações de hostilidade e homofobia dentro da universidade se mobilizaram para denunciá-las publicamente. Essas situações vão desde interdições da própria administração quanto a ações relativas à diversidade sexual até ações homofóbicas (implícitas ou explícitas) por parte de outros alunos. Se em um primeiro momento há o reconhecimento da possibilidade de pertença a um grupo e empoderamento dentro do ambiente educativo, posteriormente localizam-se situações de opressão e a necessidade de atuação política para alterar esse quadro (PRADO, 2002).

De forma geral os grupos universitários de diversidade sexual apontam que a sua relação com espaços de produção de conhecimento é de grande relevância para sua atuação. Essa interseção entre academia e militância é considerada de grande importância para os grupos, em que uma oferece subsídios para a outra; as atividades acadêmicas oferecem subsídios teóricos para se pensar as formas de ativismo e propostas de combate à homofobia e a militância oferece elementos para se considerar de forma crítica o campo das teorias dos movimentos sociais.

Segundo Butler (2006), a questão de “quem” e do “que” é considerado “real” e “verdadeiro” é, ao mesmo tempo, uma questão de conhecimento e de poder. Seguindo os passos de Foucault, a autora afirma que estabelecer o que é real e o que é verdade é uma prerrogativa de poder do mundo social de tal forma que o poder se dissimula como ontologia. Através da construção do conhecimento pode-se determinar o que é inteligível ou não, experiências podem ser consideradas como legítimas ou não. De acordo com ela, conhecimento e poder não são separáveis, estando entrelaçados para estabelecer um conjunto de critérios implícitos e explícitos para se pensar o mundo (BUTLER, 2006). Os grupos universitários de diversidade sexual entendem bem essa relação conhecimento-poder e é nela que se baseia o princípio da relação entre academia e militância sustentada pelo grupo. Eles percebem que atuar nessas duas frentes possibilita uma troca de subsídios na construção de discursos menos excludentes e mais emancipatórios. Tensionar e se apropriar dessa relação, de dentro do contexto universitário, e estendê-lo para além dele é uma característica que marca o caráter inovador da atuação dos grupos universitários.

Essa característica de conjugar militância e academia pode ser considerada um dos principais fatores que marca o caráter de inovação nas ações dos grupos universitários de diversidade sexual. Esses grupos colocam questões importantes relativas às formas de se produzir conhecimento e de se fazer militância. No entanto, é interessante pontuar que nem sempre o “fazer acadêmico” é inerente ao que se convencionou chamar aqui de grupos universitários. Esses agrupamentos de jovens apresentam contextos de origem e formas de militância diversas entre si, como maiores ou menores aproximações da militância tradicional, das articulações partidárias ou mesmo formas de organizações estruturadas a partir dos diferentes contextos universitários brasileiros.

ARTICULAÇÃO EM REDES DE MILITÂNCIA

No contexto de mudanças políticas e, conseqüentemente, nas formas de ação dos Movimentos Sociais nascem as organizações em Rede. Formas de organização que são

sigla é LGBTTI - o I para designar os/as intersexo).

caracterizadas por suas conexões, seus pontos de convergência. Sendo formada num dado instante por uma pluralidade de pontos ligados entre si por uma pluralidade de conexões.

Com nuances de poesia, Martinho (2003) afirma que Redes são fábricas de possibilidades, apreensível apenas enquanto se desenham, apenas e tão somente, no momento em que se desenham relações entre os elementos que a constituem. Para ele relações nada mais são do que possibilidades em latência e, engendrar o estabelecimento de uma relação é abrir a porta para a oportunidade de atualizar uma dada configuração do possível, isto é, de propiciar uma “realização”. Assim, o que definiria o conceito de rede é seu caráter relacional, singular, uma emergência, não uma entidade. Mais do que na disposição espacial de pontos, encontra-se sua representação no desenho das linhas, no registro dos percursos.

A ideia de rede deve assim estar vinculada a um investimento de organização na multiplicidade onde a quantidade é condição para a organização. A multiplicidade possibilita a conectividade a múltiplos elementos e permite uma variedade de escolhas relacionais e um sem-número de processos de regulação possíveis. Ao se pensar em redes de militância universitária, o que se busca e se espera passa por uma junção entre o compartilhamento de experiências, o reconhecimento de possibilidades, o empoderamento frente ao contexto cotidiano e institucional, além da expansão do alcance das ações. O sentimento de pertença e a publicização deste vínculo constrói também discursos legitimadores para as ações de resistência.

Mas como esta forma de agência, complexa e instigadora, se tornou uma possibilidade? Sobre esse contexto de surgimento, Teixeira (2002) argumenta que os processos de democratização e crises fiscal na América Latina, fomentaram reformas em âmbito político, social e administrativos que estabeleceram novas formas de relação entre o estado e a sociedade. Estas reconfigurações levaram à ordem do dia, à discussão pública de relações de poder, formas organizativas e à própria gestão das instituições políticas da época.

Dentre as forças políticas que emergiram neste período sobressaem os novos movimentos sociais, denunciando formas de opressão distintas da exploração nas relações de produção - ainda que encontrem nesta a experiência histórica da dominação - e denunciando, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade (Santos, 1996:258). Sobretudo, estes novos atores encontram formas inovadoras de organização, criando redes sociais que pretendem interferir na política pública. (...) Adquirem relevância as propostas de descentralização das políticas públicas, na qual o poder local assume o protagonismo na articulação entre organizações governamentais, empresariais e sociais, ampliando a rede de ação pública por meio da inclusão de novos atores políticos. (TEIXEIRA, 2002, p.3-4)

A formação de redes localiza a globalização como um elemento de grande influência neste debate, pois coloca em questão a ultrapassagem de fronteiras tradicionalmente fixadas, redimensionando os territórios de influência e ação (SCHERER-WARREN, 1997). Teixeira (2002) localiza a possibilidade de estabelecimento de redes de gestão ao desenvolvimento tecnológico das comunicações, permitindo interações virtuais, inclusive em tempo real. O que tem confluído para gerar a proliferação de redes gestoras de políticas públicas, especialmente no campo das políticas sociais, no qual incidem fortemente. Neste sentido, as redes aparecem como

uma possibilidade de administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos, os problemas são complexos, existem múltiplos atores envolvidos, interagem agentes públicos e privados, centrais e locais, há uma crescente demanda por benefícios e por participação cidadã.

É de fundamental importância destacar que a criação e manutenção da estrutura de redes impõe desafios administrativos específicos, como os processos de negociação e geração de consensos, estabelecimento de regras de atuação, distribuição de recursos e interação, construção de mecanismos e processos coletivos de decisão, estabelecimento de prioridades e acompanhamento. Toda esta dinâmica que envolve os processos de decisão, planejamento e avaliação ganha novos contornos e requerem negociações e a criação de outra abordagem, quando se trata de estruturas gerenciais policêntricas (TEIXEIRA, 2002).

REDE UNIVERSITÁRIA DE DIVERSIDADE SEXUAL: UMA APROXIMAÇÃO INICIAL

Historicamente, os militantes LGBT se multiplicaram e se transformaram numa ação mais organizada e nacionalizada qualificando um processo e trajetória de participação/intervenção em âmbito universitário. Seria necessária uma criação de uma rede mais ampla que tivesse como eixo um debate e troca de experiências, na qual coletivos pudessem ampliar e realizar uma intervenção mais organizada. Foi assim que surgiu a proposta da RUDS/MG. Uma estratégia de resistência coletiva que visa o compartilhamento dos sujeitos que vivenciam formas de lesão moral, até então tidas como individual e privada, que passam a ser interpretadas como típicas de um grupo inteiro podendo torna-se lutas coletiva por reconhecimento (HONNETH, 2003).

A RUDS é uma articulação de grupos de jovens que possuem como objetivo a promoção da diversidade sexual e o combate à homofobia. Surgiu de uma iniciativa do Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual - GUDDS!, composto por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, e do grupo Primavera Nos Dentes, composto por estudantes da Universidade Federal de Viçosa - UFV. Em setembro de 2008, o GUDDS! realizou a I Semana Universitária de Diversidade Sexual - I SUDS, em Belo Horizonte. Na ocasião, os coordenadores do GUDDS!, em contato com estudantes da graduação na UFV, estabeleceram uma rede de cooperação, tendo em vista a expansão dos trabalhos de produção acadêmica e militância LGBT universitária já em curso na UFMG. No mesmo ano, a partir dessa cooperação, fortalece-se o Grupo Primavera nos Dentes. No ano seguinte, ocorre o primeiro seminário de Diversidade Sexual da UFV, com um dia de duração e no ano seguinte a I Semana da Diversidade Sexual da UFV. E assim nasce a REMIGUDDS - Rede Mineira de Grupos Universitários em Defesa da Diversidade Sexual posteriormente renomeada para Rede Universitária de Diversidade Sexual - RUDS Minas.

A Rede surge e atua em função do histórico de preconceito e discriminação contra as sexualidades e identidades de gênero não hegemônicas presente nas universidades mineiras. O combate é realizado através de diversas ações como eventos e mobilizações sociais, pautando

mudanças culturais e institucionais para o fim da homofobia. No primeiro semestre de 2011, como resultado da parceria entre a RUDS, a Rede Interamericana de Fundações e Ações Empresariais para o Desenvolvimento de Base - RedEAmérica, foi criado o Edital de Fortalecimento da Rede Mineira de Grupos Universitários em Defesa da Diversidade Sexual com o intuito de fomentar grupos universitários de diversidade sexual em Minas Gerais. Esse edital permitiu que a RUDS tomasse novas dimensões, visto que mais sete grupos, cada qual com um projeto de ação específico, passaram a integrá-la. Os projetos de ação foram realizados entre os anos de 2011 e 2012 e esses grupos estão localizados nas seguintes grupos e cidades, por ordem de inserção: GUDDS!(Belo Horizonte/MG), Primavera nos Dentes (Viçosa/MG), Shama (Uberlândia/MG), MUDD*25 (Juiz de Fora/MG), GLOS (Belo Horizonte/MG), URUCUM (LAVRAS/MG), Batalho (Ouro Preto e Mariana/MG), ODARA (Uberlândia/MG), DIVERGES (Alfenas/MG).

O Grupo Universitário em defesa da diversidade sexual (GUDDS!) é formado por estudantes universitários provenientes de diversos cursos e Instituições de Ensino superior que se constitui e vem atuando no combate ao preconceito, na desconstrução das heteronormatividades e na busca de estratégias para visibilidade e combate a homofobia, bem como da diversidade sexual, principalmente, dentro da Universidade. Surgiu em setembro de 2007 e nesta ocasião alguns estudantes de Psicologia começam a pensar na necessidade de articularem em uma rede de apoio frente à situação de constrangimentos que viviam e experienciavam na UFMG. O grupo começa a se encontrar em um espaço aberto da Universidade e a debater e compartilhar várias histórias de injustiças vivenciadas, é importante destacar que a necessidade de fazer algo frente a essas vivências, bem como a invisibilidade da homofobia dentro da Universidade já se configurava enquanto preocupação do grupo desde esses primeiros encontros. Assim, a formação do grupo leva esses estudantes a se posicionarem e buscarem formas de enfrentamento a partir do que eles passaram a chamar de ação política. A primeira ação do grupo, ou pelo menos a que ganhou visibilidade no início da constituição do GUDDS!, foi a oposição diante do trote realizado pelos estudantes de engenharia que passa a ser nomeado, desde então, de trote homofóbico. Essa ação começa a possibilitar nomear aquilo que não era tido como violência, homofobia e foi um processo importante no sentido de possibilitar a identificação do mecanismo de atuação da homofobia dentro da universidade, bem como dar visibilidade ao grupo e, conseqüentemente, à temática e debate sobre a diversidade sexual e homofobia dentro do contexto da Universidade.

O grupo Primavera nos Dentes surgiu em 2008 com a proposta de estudar e debater sobre um assunto até então pouco pautado na UFV: a diversidade sexual. Tal ideia surgiu após a Calourada Unificada que tinha como tema “Democracia de verdade só com respeito à diversidade”. Este grupo de estudos, com o passar do tempo, notou a necessidade da atuação política devido à conjuntura da universidade, onde o desrespeito à diversidade é vigente e o espaço para criação e atuação contra tal fato não existia.

O Grupo Universitário GLOS (Grupo Universitário pela Livre Orientação Sexual e Identidade de Gênero) nasceu no fim do ano de 2011 de uma antiga expectativa dos corpos

docente e discente Centro Universitário UNA – Campus Belo Horizonte de congregar enfoques multidisciplinares à discussão e à conscientização sobre a temática da diversidade sexual, tendo como eixo a educação. Dessa reunião de jovens alunos e professores esperava-se um maior visibilidade das questões LGBTs na universidade, a criação de um espaço de pesquisa, diálogo e, principalmente, a constituição de um espaço de solidariedade e acolhimento. Apesar de seu caráter embrionário o grupo ganhou visibilidade rápido na instituição o que instaurou alguns problemas, ou uma outra forma de analisarmos as situações vividas pelo grupo hoje, transformou silêncios em ruídos. Isso tem resultado em conflitos entre alunos. Os integrantes do grupo rapidamente são taxados como homossexuais, sendo muitas vezes alvo de piada. Tornando o espaço do grupo um lugar exclusivo para gays e lésbicas. O grupo tem se movimentado de forma interessante diante destes acontecimentos, eles têm instaurado debates onde discorrem sobre a dinâmica do preconceito e apontam que a sexualidade é uma questão de heterossexuais e não-heterossexuais.

A Associação Homossexual de Ajuda Mútua - SHAMA é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que apóia e luta pelas causas e direitos dos homossexuais em Uberlândia MG. Criada em 2003, recebeu o título de Utilidade Pública Municipal no segundo semestre de 2005. A Instituição originou-se a partir da intenção de um grupo de quatro amigos que, interessados em discutir questões da comunidade LGBT, (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) passou a se reunir periodicamente. Desde então, o Grupo foi ganhando novos adeptos e simpatizante até se tornar uma Associação.

O grupo Urucum se forma em de 2010, na cidade de Lavras–Minas Gerais, com o objetivo de fortalecer e dar mais visibilidade à população LGBT de Lavras, discutindo, pela primeira vez, as questões sobre a diversidade sexual, tanto na universidade quanto na própria cidade. Realizam estudos e debates; atividades culturais como mostras de filmes, apresentações e festas; manifestações e produção de materiais para conscientização da comunidade lavrense. Tem com missão o fortalecimento e da população LGBT de Lavras, através de ações de orientação para toda a sociedade sobre diversidade sexual, direitos, deveres e políticas públicas. Além de desenvolver ações como campanhas de visibilidade, campanhas de conscientização contra a transmissão de AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, mostra de filmes, eventos culturais, espaços de discussão, etc.

O Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (MUDD*Se) surgiu em outubro de 2010 durante a 1ª Semana da Diversidade Sexual, organizada pelo projeto “Educação Sem Homofobia” da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O grupo busca criar um espaço de debate sobre as questões de gênero e sexualidade no contexto da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, problematizando as manifestações veladas e institucionalizadas da homofobia e do machismo. Suas reuniões acontecem periodicamente desde abril de 2011, reunindo estudantes de diversos cursos que percebem a necessidade de iniciativas neste sentido dentro da instituição. Por meio de intervenções pontuais, discussões acadêmicas e promoção de eventos, o MUDD*Se pretende combater as formas de preconceito alicerçadas na heteronormatividade e no sexismo.

Desde novembro de 2011, o Coletivo Batalho, atua em defesa da diversidade sexual nas cidades mineiras de Mariana e Ouro Preto. Questionam paradigmas erguidos pela sociedade brasileira, entendendo-a como fruto da norma binária heterossexual. Através de suas ações o coletivo busca reverberar nas comunidades, tanto acadêmica quanto local, ampliar o debate sobre a livre expressão da sexualidade.

Diverges nasce em 2012 na cidade de Lavras, ligado à Universidade Federal de Lavras – UFL, a partir do desejo de criar espaços de debate, formação, sociabilidade além de construir informativos e romper com o silêncio em trono das homossexualidades na Universidade local. No mesmo ano surge o Odara em Uberlândia que visa contribuir com a superação das desigualdades de gênero e sexualidade. Desenvolve ações ligadas à visibilidade LGBT buscando romper com o binarismo de gênero e a matriz heterossexual no contexto rural e urbano.

Os encontros entre os sujeitos que compõe a RUDS/MG iniciaram do desejo de partilhar a sensação destes de que alguns não pertenciam “aquele lugar”, em referência à universidade. Passou do sentimento da exclusão para a estruturação de discursos, formas de ação, resistências e enfrentamentos à homofobia institucional. Tornando-se uma rede de possibilidades quando os sujeitos desejaram pertencer e perceberam que uma ação local em conjunto com uma ação de nível Estadual apresentava uma maior possibilidade de abalo na estrutura social injusta que as Universidades compartilham.

As experiências de preconceito, discriminação e impossibilidade de existência passam a ser abordadas no campo do político, onde as experiências do privado são publicizadas na esfera social. Nesse sentido, os interesses privados dos sujeitos e grupos passam a ser agregados em uma rede pautada na solidariedade e que articula as diversas individualidades envolvidas com a cena política atual. Tejerina (2005) pontua que há neste movimento a construção de uma *privacidade compartilhada* que pode caminhar no sentido de produzir uma ideia de cidadania que questione e coloque em xeque os limites da política institucional.

Assim, a Rede Universitária de Diversidade Sexual (RUDS/MG) mobiliza-se em torno de ações voltadas para a inclusão e reconhecimento da diversidade sexual, sobretudo as homossexualidades, na arena do debate político, institucional, familiar e social, defendendo a construção de uma sociedade mais plural, pautada no respeito aos direitos de mulheres e homens, de diferentes pertencas orientações sexuais e geracionais. Articulam demandas por redistribuição e reconhecimento social na pauta reivindicatória por igualdade de acesso a direitos. Nesse sentido, a universidade se torna espaço social e político de interpelação a partir das lentes de lutas históricas do movimento LGBT.

A RUDS/MG configura-se como uma Rede se resistência juvenil estabelecendo conflitos, oposições e antagonismos com a ordem social vigente. O planejamento de ações tais como beijaços, passeatas, shows de *Drag Kings* e manifestações no interior das Universidades mineiras tem se mostrado como formas de resistência subversiva que coloca na esfera pública, no cotidiano, a multiplicidades de experiências ligadas a sexualidades, possibilitando que os sujeitos vejam e que percebam que não viam antes. Neste caminho, a resistência se alocaria na capacidade de uma interpelação das relações do poder estruturais com fins a superação de uma situação de opressão, ou seja, deslocando de uma relação de hierarquia subalternizada dentro do contexto social para uma

relação de opressão que deve ser superada com novas demandas sociais advindas do grupo oprimido.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que a resistência exercida nas ações em Rede está articulada tanto à ideia de mobilidade, o que não colocaria em questão a legitimidade da ordem social vigente, quanto à ideia de mudança social que colocaria em xeque tal legitimidade, o que possibilitaria a percepção dos limites à mobilidade como empecilhos a todo um grupo social e, desse modo, poderem sustentar ações coletivas que visem à mudança do sistema (PRADO, 2002).

TECENDO HISTÓRIAS E CONSTRUINDO IDENTIDADES EM REDE

A rede nos parece composta por sujeitos e grupos que tramam existências como quem costura novas trajetórias em um chamado para uma vida nova, ou em outras palavras que anseiam por uma sociedade mais justa e igualitária. Na trama de uma ordem instituída, se reinventam como seres em um mundo da vida real, resgatando histórias, reivindicando direitos, tecendo novas possibilidades, alterando destinos e construindo novos mundos.

Até o presente momento, o que parece ser um dos maiores desafios encontrados na formação da rede tem sido a construção de teias de sentido que congregassem objetivos, valores e formas de ação dos distintos coletivos. Grupos estes que se uniram com o intuito de combater a homofobia, principalmente no âmbito universitário. Em torno de uma temática, mas que se distancia por suas formas de construção de ações coletivas.

Se a negociação para a constituição de um grupo que se mantivesse para além de uma ação coletiva parece um desafio. O desenvolvimento da ação em si se mostrou motivador/impulsor para a constituição de solidariedades e negociações que às vezes se deram de forma mais tensa outras vezes foram abrandadas pelo sucesso de um projeto conjunto.

As rupturas e continuidades marcaram o processo constitutivo de um *Nós* (PRADO, 2002). Ousamos dizer que as rupturas e os dissensos fizeram com que a RUDS se pensasse e estruturasse concepções e olhares sobre o político que seriam questionadas e reformadas constantemente.

A busca por uma identidade coletiva (PRADO, 2002) que negocie a identidade de grupo tem se manifestado como uma tarefa árdua que nunca será identificada como findada. As transformações nas identidades dos grupos transformam a identidade da rede. Sendo este um processo constante que sempre estará permeado por consensos e dissensos. E exige um voltar-se para o interior com zelo e perícia.

A articulação dos grupos em Rede parece ser uma forma de fortalecimento e construção de outras formas de pensar e fazer política que não se encontra nem do lado conservador/tradicional, nem se caracteriza por uma nova forma, inovadora. E muito menos busca se enquadrar ou como acadêmico ou como militante. A possibilidade de estar no contínuo do político e na articulação entre ativismo e academia tem se mostrado inspiradora. A rede acredita que não se pede licença para mudar a história, e que militar é, também, o estabelecimento de espaços de interlocução e diálogo. A sensação de que não se está sozinho/a

na luta por Direitos Humanos LGBT, e, que as formas de fazê-la são múltiplas e construídas diariamente, em meio a desafios e objetivos.

A rede tem atuado de maneira a visibilizar os preconceitos e discriminações sofridos por LGBT e não heterossexuais no interior das Universidades e Faculdades de Minas Gerais, em um constante diálogo com os problemas sociais. Exigindo o reconhecimento, por parte das reitorias de que a democracia não é, de fato, uma realidade na sociedade brasileira e que somos um país homofóbico onde milhares de jovens vivenciam, todos os dias, discriminações, violências e humilhações. Assim como o reconhecimento que exclusões sociais a este grupo mantêm pontos de interseção com outras exclusões sociais, tais como: raciais, de gênero, referente à origem geográfica e econômica, e etc., mas possuem também especificidades que devem ser combatidas de formas distintas (PRADO, MARTINS, ROCHA, 2009).

A Rede Universitária de Diversidade Sexual tem se construído como uma outra forma de articulação que se propõe a repensar as formas de fazer política/militância/academia na contemporaneidade, materializando-se localmente nas ações de grupos universitários de diversidade sexual e nas articulações em torno da construção de um outro mundo, cada vez mais possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises apontam para a configuração de uma rede que compreende que uma interlocução política ultrapassa a construção de práticas e ações de vigilância das políticas para a promoção da igualdade no que se refere às distintas orientações sexuais e identidades de gênero. E propõe questionar e reinventar novos fazeres para estes objetivos, de acordo com os desejos e realidades de cada grupo e de cada contexto local.

Os grupos que compõem a rede são formados, em sua maioria, por estudantes universitários que se unem para pensar e militar por uma causa dentro do espaço acadêmico, mas sua atuação extrapola os muros das universidades e faculdades. Esses grupos possuem características próximas a dos movimentos sociais tradicionalmente estudados. Seus membros possuem uma identidade coletiva comum que vai além da identidade de “estudantes” e além da identidade de seus grupos, buscando continuamente a construção de uma identidade coletiva de rede.

Observamos que o reconhecimento do silêncio acerca da diversidade sexual nas Universidades Brasileiras, e a busca pela transformação do não dito em ruídos aparecem como um dos principais motivadores do surgimento destes grupos.

A rede se mantém em um constante movimento de construção de laços de solidariedade em uma busca pela constituição de uma identidade coletiva que os une enquanto *Nós*. Este exercício é complexo e não se dá sem tensões, aproximações e distanciamentos internos e externos à rede. Os desligamentos e re-ligamentos fazem parte do cotidiano dos grupos que compõe a rede. Os integrantes se vinculam de diferentes formas e por causas distintas. Estas vinculações, muitas vezes, não têm a ver com a incompatibilidade política, mas sim com a indisponibilidade pessoal de cada uma em um determinado tempo.

A busca na constituição de *um outro mundo possível*, de maneira nenhuma passa apenas pelo consenso, ao contrário, como aponta Rancière (1996) o dissenso, é onde o político ocorre, é no dissenso que os grupos se movem, resignificam e reconfiguram o espaço social e a arena política intra e extra rede configurando lutas conjuntas e no estabelecimento de um rede, uma teia de contato, interação e ação. Assim a coesão se dá na ação, no enfrentamento.

Assim ações como a organização de passeadas LGBTs participação em paradas gays, debates públicos, seminários, encontros e campanhas eletrônicas são uma denúncia de que a política se dá no dissenso. Sendo nos termos propostos por Rancière (1996) o surgimento de um elemento que até aquele momento não estava presente no conjunto daqueles que confrontavam seus interesses dentro de uma ordem consensual. Nas ações coletivas os sujeitos se tornam sujeitos do dissenso, em outras palavras aqueles que ousam falar quando deveriam ficar em silêncio, que reivindicam equivalência e uma reorganização do sistema social vigente. É no momento da recusa do silêncio e da denúncia da diferença/desigualdades que os sujeitos se tornam sujeitos políticos.

A articulação em rede parece estar baseada no desejo de transformar ruídos em gritos, instigando uma oportunidade política para discussão da diversidade sexual no Estado. Constata-se que a rede pode possibilitar uma nova forma de organização e ampliação da militância LGBT jovem, que conjuga práticas acadêmicas com ação política e pública, na tentativa da construção de uma sociedade democrática.

A rede vem proporcionando maior articulação política entre os grupos e fomentando a inserção destes em diversas esferas, como na participação de atividades políticas nos níveis estadual e nacional.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Ângela. “As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate”. *Lua Nova*, n. 76, 2009, pp. 49-86.
- BACELAR, Rafael Prosdocimi. Onde o político tradicional vai, o ambiental muito mais profundo: Ambientalismo, ação política e subjetivação de jovens cariocas. Dissertação (mestrado), UFRJ, 2010.
- BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. “A trajetória dos movimentos sociais”. Em: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DAGNINO, Evelina. “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. Em: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: Política e sociedade no Brasil*. São paulo: Brasiliense, 1994.
- ENGEL, Guido Irineu. “Pesquisa-ação”. *Revista Educar*, n. 16, 2000, pp. 181-191.
- FACCHINI, Regina. “Entre compassos e descompassos: Um olhar para o ‘campo’ e para a ‘arena’ do movimento LGBT brasileiro”. *Revista Bagoas*, vol. 3, n. 4, 2009, pp. 131-158.
- FRANÇA, Isadora Lins. “‘Cada macaco no seu galho?’: poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, vol. 21 n. 60, 2006, pp.104-115.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MARTINHO, Cássio. *A rede como fábrica de possibilidades: Aminoácidos 5*. Brasília: AED, 2003.
- MAYORGA, Claudia. *Universidade cindida, universidade em conexão*. EdUFMG, 2010.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORAES, Marcia Oliveira. “O conceito de rede na filosofia mestiça”. *Revista Informare*, v. 6, n. 1, 2000, pp. 12-20.
- NORRIS, Pippa. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: CUP, 2002.
- PRADO, Marco Aurélio Maximo. “Da mobilização social à constituição de identidade política: Reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas”. *Psicologia em Revista*, vol. 8, n. 11, 2002, pp. 59-71.
- _____; MARTINS, Daniel Arruda, ROCHA, Leonardo Tolentino. “O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional”. *Revista Bagoas: Estudos gays, gênero e sexualidade*, vol. 3, n. 4, 2009, pp. 209-232.
- _____; MOUNTIAN, Ilana; MACHADO, Frederico Viana; SANTOS, Leonel Cardoso. *Los movimientos LGBT y las luchas por la democratización de las jerarquías sexuales en Brasil*. *Revista Digital Universitaria*, vol. 11 n. 7, 2010. Disponível (on-line) em: <http://www.revista.unam.mx/vol.11/num7/art68/index.html>
- RANCIÈRE, Jacques. “O Dissenso”. Em: NOVAES, Adauto (org.) *A crise da razão*. São Paulo: MincFunart/Companhia das Letras, 1996, pp. 367-382.
- TEIXEIRA, Sonia M. Fleury. “O desafio da Gestão das Redes de Políticas”. Em: VII Congresso Internacional do CLAD: sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, Lisboa, out. 2002.
- TEJERINA, B. “Movimientos sociales, espacio público e ciudadanía: Los caminos de la utopia”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 72, 2005, pp. 67-97.
- TRIPP, David. “Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica”. *Educação e Pesquisa*, vol. 31, n. 3, 2005, pp. 443-466.